

RÉPLICA 1 – UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE

Pedro Demo¹

A Universidade Pública está em disputa porque é uma instituição de importância não disputada para a sociedade e para a economia. Disputam-se promessas não ou mal cumpridas, tendo, porém, as soluções dentro de casa. A intenção neste texto é questionar para defender, de modo crítico autocrítico. Em geral, reclamamos da resistência à mudança que ela mesma proclama, por ser educação a via áurea da mudança. Para ilustrar este desafio, vou trabalhar duas resistências flagrantes: a dificuldade de lidar com a presença virtual e de mudar a formação dos professores básicos.

Presença virtual é um tipo de presença e veio para ficar. A nova geração sequer distingue entre presença física e virtual, um exagero, porque a presença física é insubstituível, também porque “distância” não é conceito pedagógico: educar supõe contato físico, proximidade, reciprocidade presencial. Aprender sempre se faz melhor com presença física, mas ocorrendo aprendizagem na cabeça do estudante, a aula é mediação e pode ser dispensável. Quando se defende afoitamente o curso presencial, comete-se a gafe de, primeiro, achar que presença virtual é irreal, e, segundo, de defender a aula, não a aprendizagem,

¹ Doutor em Sociologia (Universität Des Saarlandes, Alemanha). Professor Titular Aposentado da Universidade de Brasília. <http://lattes.cnpq.br/1988962364420428>. <https://orcid.org/0000-0002-5514-2781>. pedrodemo@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Minhocão, Asa Norte, Brasília, DF, Brasil. CEP: 70910-900. Telefone: (55 61) 32736571.

uma arrogância docente típica que precisa dos súditos controlados debaixo dos olhos. Ao mesmo tempo, ignora-se que cursos virtuais estão avançando de maneira avassaladora. Se apenas os criticamos, vamos ficando para trás. Espera-se da universidade que seja capaz de nos dizer como aproveitar de modo útil e pedagógico a presença virtual, ou como cuidar que esta não seja estigmatizada como pedagogia irrelevante ou imprópria. Se o ensino “remoto” foi uma falácia na pandemia (Saviani & Galvão, 2021), e, em muitos sentidos, foi flagrantemente, a análise deveria contemplar ainda: i) é possível aprender virtualmente, porque, se aprendizagem depende de ler, estudar, elaborar, pesquisar, ou seja, de atividades de aprendizagem, não de ensino (estas são de mediação externa), depende da autoria discente e esta pode ser feita em ambientes virtuais também; ii) o ensino “presencial” é também uma falácia, já que a aprendizagem na graduação é extremamente deficiente, bastando lembrar que, se esperamos que o estudante se torne autor, cientista, pesquisador (pretensão desde o pré-escolar, não só na pós-graduação *stricto sensu*) (Piaget, 1990), esta “proficiência” (como chama o neoliberalismo) não ocorre (veja abaixo, sobre formação dos docentes básicos).

Pesquisadores críticos são unânimes em reconhecer que o uso das tecnologias digitais não trouxe impacto importante na pretensa transformação da educação (Reich, 2020), porque são abusadas como “metodologias ativas” que apenas enfeitam o instrucionismo (a aula). Metodologias ativas são dos estudantes (atividades de aprendizagem) (Demo, 2018), não enfeite de aula. Segundo o Censo da Educação Superior (2022), em termos de **ingressos**, comparando-se 2020 com 2010, o aumento da presença virtual foi de 6,3 vezes (de 380 mil para 2 milhões), enquanto caiu na presença física (razão de 0,97 – de 1,8 milhão para 1,7 milhão). Em termos de **matrículas**, o aumento de 2010 para 2020 foi de 3,3 vezes em cursos de presença virtual, mas houve estagnação na presença física. Quanto a **conclusões**, o aumento na presença virtual foi de 2,8 vezes (de 145 mil para 402 mil), enquanto parece estagnado na presença física (830 mil e 878 mil). Na Tabela 1, cursos com presença virtual na maior faixa de desempenho (faixa

5), eram 4% na presença virtual, e apenas 2,6% na presença física, embora haja um problema grave de amostra (cursos virtuais foram apenas 1,8% do total). Ainda assim, no mínimo precisamos ficar atentos, para não defendermos um passado que acabou.

Tabela 1

Conceito Preliminar de Curso (CPC) – Presença Virtual e Física (2019)

Faixa	Presença Virtual			Presença Física		
	Total	100→	100↓	Total	100→	100↓
1	-	0,0	0,0	22	0,3	100
2	15	10,0	2,3	650	8,1	97,3
3	100	66,7	2,5	3.934	48,9	97,5
4	29	19,3	0,9	3.226	40,1	99,1
5	6	4,0	2,8	20,6	2,6	97,2
Total	150	100	1,8	8.038	100	98,2

Fonte: Inep – Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2019.

Confiamos que a universidade pública, ao invés de apenas reclamar e esconder a cabeça debaixo da areia, saiba “educar” as novas tecnologias, para que sirvam tanto mais à aprendizagem autoral dos estudantes (Demo, 2015). É importante questionar o mercantilismo de cursos apenas virtuais, mas é também importante sair do instrucionismo da presença física. Os cursos tenderão a ser “híbridos”, com predominância da presença virtual, o que coloca em xeque trazer estudantes à universidade para escutar aula, em geral copiada para ser copiada. Precisam comparecer para atividades de aprendizagem, não para vassalagem instrucionista. Na pós *stricto sensu*, o acento sempre foi na autoria do candidato e esta é avaliada na orientação e na defesa, não tendo importância aula, muito menos onde e quando o candidato estuda ou pesquisa. Isto mostra que a universidade tem a solução já consagrada e que aparece no Pibic na graduação, ainda que como experimento eventual.

2. Formação de professores básicos – um adestramento obsoleto. Para estarem à altura dos tempos, sobretudo para serem justos com seus alunos, eles precisam tornar-se *autores, cientistas, pesquisadores*, instrumentação acadêmica fundamental para serem professores cidadãos atualizados e influentes na sociedade, com devida autonomia pedagógica. A proposta da universidade é o contrário disso, perdida no início do século passado, no fordismo reprodutivo (parodiado duramente em *Tempos Modernos*, de Chaplin). Professores não são “culpados” pelo aprendizado baixíssimo na escola pública, pois são um elo de uma cadeia imensa e possuem formação muito desatualizada, além de serem muito atrapalhados por condições precaríssimas de trabalho e pela desvalorização profissional (Dolton et alii, 2018), mas têm responsabilidade pelo que fazem em sala de aula. Usando dados do Ideb do aprendizado adequado, certamente questionáveis, ao lado de mostrarem apenas a deficiência pedagógica (não fatores externos muito comprometedores, como a pobreza dos alunos), vemos um cenário assustador no período de 1995 a 2019 (Tabela 2 – inclui a escola privada).

Tabela 2

Aprendizado adequado no Brasil, 1995-2017 (%)

Anos	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
5º EF – M	19.0	21.4	14.4	14.9	15.1	18.7	23.7	32.6	36.2	39.5	42.9	48.9	51,5
5º EF – LP	39.3	35.5	24.8	23.7	25.6	26.6	27.9	34.2	40.0	45.1	54.7	60.7	61,1
9º EF – M	16.8	16.7	13.2	13.4	14.7	13.0	14.3	14.8	16.9	16.4	18.2	21.5	24,4
9º EF – LP	37.5	31.8	18.6	21.8	20.1	19.5	20.5	26.3	27.0	28.7	33.9	39.5	41,4
3º EM – M	11.6	17.9	11.9	11.6	12.8	10.9	9.8	11.0	10.3	09.3	07.3	09.1	10,3
3º EM – LP	45.4	39.7	27.6	25.8	26.9	22.6	24.5	28.9	29.2	27.2	27.5	29.1	37,1

Fonte: Inep/Todos pela Educação. M = Matemática. LP = Língua Portuguesa

Os Anos Iniciais (AI) guardam um tom de subida promissora; Anos Finais, porém, indicam estagnação flagrante; Ensino Médio (EM) indica matemática inútil e língua portuguesa recuando. O “efeito desaprendizagem” devora quase tudo (à medida que se avança nas etapas, aprende-se menos sistematicamente) (Demo

& Silva, 2021. Demo & Shigunov Neto, 2021). Focando 2019, o aprendizado adequado de matemática nos AI foi de 51,5% (só metade aprendeu adequadamente), nos AF cai para 24,4% (menos da metade), e no EM desce a 10,3% (menos da metade). Em língua portuguesa a queda é menor, mas visível: 61,1% nos AI; 41,4% nos AF; 37,1% no EM. No EM, em 1995, o aprendizado adequado de matemática foi de 11,6%; em 2019, 10,3% - visivelmente a aula de matemática não tem nenhum efeito, mas continuamos dando a mesma aula inútil. Em língua portuguesa, o aprendizado adequado foi, em 1995, de 45,4%, e, em 2019, de 37,1% - embora a cifra venha se recuperando, ainda está bem atrás daquela de 1995. Apesar da fragilidade dos dados, indicam veementemente um sistema de ensino caduco, o que levou a BNCC a pedir a “recriação da escola” (2018:462), num ato falho, já que não tem qualquer condição de prometer isso.

Focando apenas a rede pública básica (Tabela 3) em 2019, vemos que o aprendizado adequado nos AI, mesmo estando muito acima dos AF (são, porém, parte do mesmo ensino fundamental, mas AI são do pedagogo; AF, do licenciado), tem, na média, duas cifras medíocres: 57% em língua portuguesa; 47% em matemática. Esta já sofre gap de 10 pp, insinuando uma deficiência dos pedagogos. Nos AF, a queda é dantesca, sobretudo em matemática: 18%; os licenciados não parecem dar conta. No EM, língua portuguesa aparece com 31%, muito acima dos 5% em matemática, como se linguistas e matemáticos fossem tribos em guerra: a residualidade de matemática é um terror, devida à escola estadual, que é a oferta mais precária que temos, em geral.

Tabela 3

Aprendizado Adequado na Rede Pública – Brasil – Ideb 2019 (%)

Escolas		5º EF- Port.	5º EF – Mat.	9º EF – Port.	9º EF – Mat.	3º EM – Port.	3º EM – Mat.
Brasil	Total Escolas	57	47	36	18	31	5
	Municipais	55	45	33	17	44	13
	Estaduais	63	54	38	19	31	5
	Federais	85	82	78	72	83	58

Fonte: QEdu 2019.

Esta miséria pedagógica, contudo, não vale para a escola federal. Nos AI, com 85% e 82%, está muito acima das outras duas redes, e com gap pequeno de apenas 3 pp. Nos AF, há uma queda – o efeito desaprendizagem aparece na escola federal também – mas bem menor e o gap de matemática é de 6 pp (78% e 72%). No EM, a cifra de 83% em língua portuguesa indica que a escola federal é capaz de reagir ao efeito desaprendizagem (é quase a mesma cifra dos AI), enquanto mostra apenas 58% em matemática; ainda assim, está mais de 10 vezes acima da cifra da escola estadual. A escola federal é, na prática, uma escola privada dentro da escola pública, tipicamente pequeno-burguesa, melhor que a escola privada, com cobertura por volta de 1% (Censo Escolar. 2021). É visível incômodo para a universidade pública encarar esta contradição: ela sabe fazer uma escola pública de alto nível, a melhor do país (sobretudo “Colégio de Aplicação”), mas é absurdamente seletiva e supremacista. A escola pública de que os mais pobres precisam, existe, mas aos mais pobres oferece-se a *escola pública dos pobres*; a federal é dos *nobres*. Não se trata de propor a extinção da escola federal, mas de reconhecer que é direito de todos e que sabemos fazer.

A universidade finge que não sabe da miséria pedagógica da escola pública, também porque evita diagnosticar. A exemplo da medicina, só mudamos o que diagnosticamos (Zhao, 2018). Não serve mais um professor profissional do ensino, um reprodutor de conhecimento que sequer sabe produzir. Precisamos de profissionais da aprendizagem, embora não fiquem na conta da universidade a desvalorização do docente básico e suas péssimas condições de trabalho. Esperamos que a universidade caia em si e repense suas práticas pedagógicas obsoletas, pois ela detém capacidade bem demonstrada de mudar, a exemplo do que faz na pós-graduação *stricto sensu*. Mudar implica **mudar-se**.

REFERÊNCIAS

Bacich, Lilian & Moran, José (Orgs.). (2018). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso.

Base Nacional Comum Curricular BNCC. (2018). *Educação é a Base*. MEC, Brasília. Recuperado em 23, junho 2022 de: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf

Censo Escolar. (2021). *Censo da Educação Básica 2020. Resumo Técnico*. Inep/MEC: Brasília. Recuperado em 23, junho 2022 de: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

Demo, Pedro (2015). *Aprender como autor*. São Paulo: Gen.

Demo, Pedro (2018). *Atividades de aprendizagem – sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante*. Campo Grande: SED/ MS.

Demo, Pedro & Shigunov Neto, Alexandre (2021). *A gênese da escola pública: uma breve análise histórica e atual da escola brasileira*. Itapetininga: Hipótese.

Demo, Pedro & Silva, Renan A. (2021). *Efeito desaprendizagem na escola básica*. Recuperado em 23, junho 2022 de: <https://drive.google.com/file/d/1jnLdc4Eie3zY0eDbmfMrz6Kac17kVqj0/view>

Dolton, Peter, Marcenaro, Oscar, Vries, Robert de & She, Po-Wen (2018). *Global Teacher Status – Index 2018*. U. of Sussex & Varkey Foundation. Recuperado em 23, junho 2022 de: <https://www.varkeyfoundation.org/media/4867/gts-index-13-11-2018.pdf>

INEP. (2020). *Indicadores de qualidade da educação superior – resultados CPC 2019*. Brasília. Recuperado em 23, junho 2022 de:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/cpc/2019/apresentacao_coletiva_imprensa_cpc_2019.pdf

Piaget, Jaen (1990). *La construction du réel chez l'enfant*. Paris : Delachaux & Niestlé.

Reich, Justin (2020). *Failure to disrupt: why technology alone can't transform education*. Boston: Harvard University Press.

Saviani, Dermeval & Galvão, Ana C. (2021). Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, XXXI(67), 36-49.

Zhao, Yong (2018). *What works may hurt – side effects in education*. Columbia: Teachers College Press.

RÉPLICA 1 – UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE

Resumo

Esse texto é inspirado na mesa de discussão realizada no XI ENEO, cujo tema foi Universidade Pública: um projeto em disputa na contemporaneidade. As reflexões aqui representam olhares distintos sobre a universidade sendo composta pela proposição inicial de José Henrique de Faria, réplicas de Pedro Demo e Elisângela de Jesus Furtado da Silva, e por fim, a tréplica por José Henrique de Faria. A discussão problematiza a crescente perda de autonomia da organização, as históricas contradições e dilemas atuais e exprimem faces de projetos políticos distintos. Considera-se que, o que se encontra em disputa não é projeto de universidade pública, mas o projeto de Educação Transformadora e educação bancária, a primeira como emancipação e a segunda como reprodução. Nesse cenário, aqueles que ainda defendem a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada não podem estar desatentos, alienados, omissos e passivos diante dos projetos que estão em disputa.

Palavras-chave: Universidade. Política. Educação Transformadora.

REPLICA 1 – LA UNIVERSIDAD PÚBLICA: UN PROYECTO EN DISPUTA EN LA CONTEMPORANEIDAD

Resumen

Este texto se inspira en la mesa redonda celebrada en el XI EnEO, cuyo tema fue La Universidad Pública: un proyecto en disputa en la época contemporánea. Las reflexiones aquí expuestas representan diferentes puntos de vista sobre la universidad, estando compuestas por la proposición inicial de José Henrique de Faria, las réplicas de Pedro Demo y Elisângela de Jesus Furtado da Silva y, por último, la réplica de José Henrique de Faria. El debate considera que lo que está en disputa no es el proyecto de universidad pública, sino el proyecto de Educación Transformadora y la educación bancaria, la primera como emancipación y la segunda como reproducción. En este escenario, quienes aún defienden la Universidad Pública, Gratuita, de Calidad y Socialmente Referenciada no pueden mostrarse desatentos, ajenos, omisos y pasivos ante los proyectos que están en disputa.

Palabras clave: Universidad. Política. Educación Transformadora.

REPLY 1 – PUBLIC UNIVERSITY: A PROJECT IN DISPUTE IN CONTEMPORANEITY

Abstract

This text is inspired by the discussion panel held at the XI ENEO, whose theme was Public University: a project in dispute in contemporary times. The reflections here represent different views about the university, being composed of the initial proposition by José Henrique de Faria, the replies by Pedro Demo and Elisângela de Jesus Furtado da Silva, and finally, the rejoinder by José Henrique de Faria. The discussion problematizes the organization's growing loss of autonomy, the historical contradictions and current dilemmas, and expresses faces of distinct political projects. It is considered that what is in dispute is not the public university project, but the project of Transformative Education and banking education, the first as emancipation and the second as reproduction. In this scenario, those who still defend the Public, Free, Quality and Socially Referenced University cannot be inattentive, alienated, omissive and passive before the projects that are in dispute.

Keywords: University. Politics. Transformative Education.

CONTRIBUIÇÃO

Pedro Demo

O autor declara ser o único responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O autor declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de produtividade em pesquisa que viabilizou a realização do estudo em que os dados desta contribuição foram obtidos.

COMO CITAR

Demo, Pedro (2022). Réplica 1 – Universidade pública: um projeto em disputa na contemporaneidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 411-422.